



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº 145

Feito : Processo Nº 740/91-TCE/ACRE
Relator : Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite
Assunto : INSPEÇÃO DE ROTINA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE
ASSIS BRASIL-ACRE

Procedida a inspeção e constatando-se irregularidades nas contas, decide o Tribunal de Contas notificar a autoridade responsável e Ordenador de Despesa para saná-las, no prazo assinado, sobrestado no Corte, provisoriamente, o processo, para apensação à futura Prestação de Contas pertinente.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 740/91, acima indicado, A C Ó R D ã O os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, a unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante da decisão, para considerar irregulares as contas inspeccionadas da Prefeitura Municipal de ASSIS BRASIL, notificando o Senhor Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa, para, no prazo de trinta (30) dias, sanar as irregularidades apontadas no relatório técnico, dando-se ciência a este Tribunal, sobrestado o processo na Secretaria das Sessões, para apensação à futura Prestação de Contas do Órgão, exercício de 1991 e consequentemente, sejam encaminhadas cópias dos relatórios e acórdão da matéria em exame, à Presidência da Câmara Municipal de ASSIS BRASIL, para as providências previstas no Decreto-Lei Nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Mio Branco, 19 de dezembro de 1991.

Cons. JOSÉ EUGÊNIO DE LEÃO BRAGA
Presidente

Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Vice-Presidente e Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	
Este documento foi publicado no	
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº	5.718
d: 07 / 02 / 1992	fl. 04.
<i>Slachado</i>	
Secretária do Plenário	

Slachado

[Assinatura]

[Assinatura]



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 740/91-

RELATÓRIO:

O Senhor Conselheiro **Isnard Bastos Barbosa Leite**, Relator: " O processo em referência trata de inspeção de rotina realizada em setembro do ano em curso na Prefeitura de Assis Brasil e autorizada pela maioria dos Conselheiros, em sessão plenária de 12.09.1991.

O relatório técnico (folhas 08/16) é de autoria da economista Luzeni da Silva Cavalcante e do contador Cláudio de Holanda Castro, ambos da 2ª IGCE e abrange o período de janeiro a agosto de 1991.

A inspeção levantou um número incontável de irregularidades, confirmadas em parecer do Procurador-Chefe do MPE, Fernando de Oliveira Conde, que adverte para os prejuízos que tais falhas podem causar à Prestação de Contas do município caso não sejam sanadas.

Como se observa na documentação analisada, os administradores de Assis Brasil, não têm o controle dos recursos orçamentários e extra-orçamentários recebidos pela Prefeitura nos meses atingidos pela inspeção. No extenso rol das falhas administrativas evidenciam-se também, a nosso juízo, irregularidades na execução contábil, orçamentária, financeira, nos empenhos, nas licitações e dispensas, nos contratos, acordos e convênios, nos processos de pagamentos, nos suprimentos de fundos, nos processos de subvenções e auxílios, no almoxarifado, nos bens móveis e imóveis, nos materiais permanentes e equipamentos de uso, no serviço de transporte e no setor de pessoal.

Face ao exposto, é de se concordar, pois, com os termos do relatório técnico que detecta ainda a, utilização pelo Prefeito Antonio Barbosa de Souza, durante suas viagens, de cheques em branco assinados aleatoriamente e antecipadamente pelo tesoureiro da Prefeitura de Assis Brasil, Raimundo de Brito Barros; os recursos de convênio foram desviados, emitiam-se cheques pré-datados, obras



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

e serviços não tinham contratos, empréstimos bancários eram contratados em nome de terceiros e pagos pela Prefeitura, revendia-se carne para funcionários, cuja despesa com a compra empenhava-se sem a contrapartida da receita, concediam-se diárias sem portarias e sem especificação do período e do assunto a ser tratado, pagava-se 4 (quatro) Secretários, cujos valores em dinheiro, somados, ultrapassam o valor global do quadro de **contratados** da Prefeitura, a existência de 68 recibos, e outras falhas menos graves, mas que, sem dúvida, comprometem a correta aplicação do dinheiro público.

É o relatório."

V O T O:

O Senhor Conselheiro **Isnard Bastos Barbosa Leite**, Relator: " **Considerando** que a inspeção efetuada na Prefeitura de Assis Brasil, no período de janeiro a agosto de 1991, revelou gravíssimas irregularidades na execução de receita e seus instrumentos de uso, na execução de despesa e nos registros contábeis, nas despesas orçamentárias e no movimento de recursos financeiros, nos registros de material, almoxarifado e patrimônio e nos atos relativos ao pessoal, como também as demais falhas constantes no relatório técnico de fls. 08/16, que contrariam frontalmente os artigos 60, 75-I, 83 da Lei 4.320/64 e o Decreto-Lei Nº 2.300/86;

Considerando que a prestação de contas de todo e qualquer administrador e gestor de dinheiro e bens público é princípio de moralidade administrativa;

Considerando que compete ao TCE o desempenho das funções da auditoria financeira e orçamentária nas contas das unidades administrativas dos Três Poderes e apreciar as contas do Governo do Estado, das Prefeituras e Câmaras Municipais, (art. 27 e 30, da Lei Complementar Nº 25/89) e art. 61 - II, da Constituição Estadual;

Considerando, ainda, a necessidade de que se esclareça que os crimes de responsabilidade de Prefeito, independe dos pronunciamentos da Câmara Municipal, estão sujeitos a julgamento pelo Poder Judiciário;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

VOTO no sentido de considerar irregulares as contas da Prefeitura de Assis Brasil, resultante da inspeção de rotina realizada com abrangência ao período de janeiro a agosto de 1991, encaminhando-se cópias dos relatórios e Acórdãos à Câmara Municipal para que tome as devidas providências, de acordo com o que preceitua o Decreto-Lei Nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e que se notifique o Prefeito e ordenador de despesa Antonio Barbosa de Souza para que promova incontinenti o saneamento das irregularidades apontadas, no prazo de 30 (trinta) dias, de tudo dando ciência a este TCE.

VOTO, ainda, no sentido de que o presente processo seja mantido em Secretaria para o devido apensamento à Prestação de Contas do órgão, exercício de 1991.

DECISÃO :

Conforme consta na Papeleta de Julgamento de fl. 33, a decisão é a seguinte:

"Acolheu-se o voto do Conselheiro Relator, para considerar irregulares as contas da Prefeitura Municipal de Assis Brasil, objeto da inspeção em exame, período de janeiro a agosto de 1991, notificado o Senhor Prefeito Municipal e ordenador de despesa, para, no prazo de 30 (trinta) dias, sanar as irregularidades apontadas, de tudo ciente esta Corte, sobrestado o processo na Secretaria das Sessões, para futuro apensamento à Prestação de Contas do município, exercício de 1991 e conseqüentemente, sejam encaminhadas cópias dos relatórios e Acórdãos à Presidência da Câmara Municipal, para as providências previstas no Decreto-Lei Nº 201, de 27.02.1967. Unânime."

Presidiu a sessão o Conselheiro Presidente José Eugenio de Leão Braga. Participaram do julgamento, além do ilustre Relator, os Conselheiros Isnard Bastos Barbosa Leite, Vice-Presidente, Marciliano Reis Fleming e Valmir Gomes Ribeiro. Ausentes, os Conselheiros Alcides Dutra de Lima e José Augusto Araújo de Faria. Presente,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Dr. Fernando de Oliveira Conde, Procurador-Chefe do Ministério Público Especial.-

Ecilda Araújo de Freitas
Secretária do Plenário